

MINISTÉRIOS DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA, DA JUSTIÇA E DA SAÚDE

Portaria n.º 1005/98

de 30 de Novembro

O artigo 165.º, n.º 1, alínea d), do Código da Estrada, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 114/94, de 3 de Maio, com as alterações que lhe foram introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 2/98, de 3 de Janeiro, prevê que em regulamento sejam fixados os preços dos exames médicos e toxicológicos necessários à fiscalização da condução sob a influência do álcool ou de substâncias psicotrópicas.

Assim, ao abrigo do disposto nos artigos 6.º, n.º 2, alínea d), e 165.º, n.º 1, alínea d), do Código da Estrada, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 114/94, de 3 de Maio, com a nova redacção introduzida pelo Decreto-Lei n.º 2/98, de 3 de Janeiro:

Manda o Governo, pelos Ministros da Administração Interna, da Justiça e da Saúde, que as taxas a cobrar, no âmbito da fiscalização da condução sob a influência do álcool ou de substâncias estupefacientes ou psicotrópicas, sejam, em unidades de conta, as constantes da seguinte tabela:

Tabela das taxas a cobrar no âmbito da fiscalização da condução sob a influência do álcool ou de substâncias estupefacientes ou psicotrópicas.

I	
Exames clínicos	UC
Colheita de sangue	0,04
Exame para despistagem de substâncias estupefacientes ou psicotrópicas	0,3
Exame de observação médica	0,3
II	
Exames toxicológicos	UC
Álcool etílico	0,3
Metabolitos de marijuana	2,8
Cocaína e metabolitos	2,8
Opiáceos	2,8
Anfetaminas e derivados	2,8
III	
Imobilização do veículo	UC
Remoção do veículo:	
1 — Automóveis ligeiros:	
a) Entre as 8 e as 20 horas:	
Até 10 km	0,5
Cada quilómetro para além dos 10 km iniciais	0,009
b) Entre as 20 e as 8 horas:	
Até 10 km	1
Cada quilómetro para além dos 10 km iniciais	0,0135

2 — Automóveis pesados:

a) Entre as 8 e as 20 horas:

Até 10 km	1
Cada quilómetro para além dos 10 km iniciais	0,011

b) Entre as 20 e as 8 horas:

Até 10 km	2
Cada quilómetro para além dos 10 km iniciais	0,0165

Taxa diária de parque	0,030
Bloqueamento do veículo	0,15

Ministérios da Administração Interna, da Justiça e da Saúde.

Assinada em 9 de Novembro de 1998.

O Ministro da Administração Interna, *Jorge Paulo Sacadura Almeida Coelho*. — O Ministro da Justiça, *José Eduardo Vera Cruz Jardim*. — A Ministra da Saúde, *Maria de Belém Roseira Martins Coelho Henriques de Pina*.

Portaria n.º 1006/98

de 30 de Novembro

O artigo 165.º do Código da Estrada, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 114/94, de 3 de Maio, com as alterações que lhe foram introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 2/98, de 3 de Janeiro, prevê que seja fixado em regulamento o tipo de material a utilizar na determinação da presença do álcool no ar expirado, bem como na recolha de sangue destinado à determinação do teor de álcool.

O presente diploma pretende fixar os requisitos a que devem obedecer os analisadores quantitativos e o modo como se deve proceder à recolha, acondicionamento e expedição das amostras biológicas destinadas às análises toxicológicas para determinação da taxa de álcool no sangue e para confirmação da presença de substâncias estupefacientes ou psicotrópicas.

Assim, ao abrigo do artigo 6.º, n.º 2, alínea d), do Decreto-Lei n.º 114/94, de 3 de Maio, e do artigo 165.º, n.º 1, do Código da Estrada, ambos com a redacção que lhes foi dada pelo Decreto-Lei n.º 2/98, de 3 de Janeiro, conjugado com os artigos 6.º, 8.º, 9.º e 12.º do Decreto Regulamentar n.º 24/98, de 30 de Outubro:

Manda o Governo, pelos Ministros da Administração Interna, da Justiça e da Saúde, o seguinte:

CAPÍTULO I

Avaliação do teor de álcool no sangue

SECÇÃO I

Analísadores quantitativos

1.º Os analisadores quantitativos são instrumentos de medição da concentração de álcool por análise alveolar, baseada no princípio da absorção de um feixe de infravermelhos, utilizando processo não dispersivo.